

CARTA ABERTA - Sensibilização para a exclusão das pessoas com deficiência visual pela falta de acessibilidade dos programas televisivos

No âmbito do Dia Internacional da Bengala Branca, símbolo da autonomia e independência das pessoas com deficiência visual, celebrado a 15 de outubro,

a Associação de Apoio aos Deficientes Visuais do Distrito de Braga (AADVDB),

a Associação de Apoio à Informação a Cegos e Ambliopes (AAICA),

a Associação Bengala Mágica,

a Associação Cabra Cega,

a Associação de Retinopatia de Portugal (ARP),

a Associação Iris Inclusiva,

a Associação Nacional para a Inclusão dos Cidadãos com Deficiência Visual (ANICDV),

a Associação Olhar Activo de Sintra,

a Associação Promotora de Emprego de Deficientes Visuais, (APEDV)

a Associação Promotora do Ensino dos Cegos (APEC),

a Fundação Raquel e Martin Sain,

enquanto organizações que pugnam pela defesa dos direitos dos cidadãos com deficiência visual e pelo igual acesso às oportunidades, vêm por este meio alertar a Sociedade em geral e, em particular, as entidades com responsabilidades em matéria de inclusão e reabilitação das pessoas com deficiência, bem como reguladores, gestores, operadores e produtores da comunicação social e das telecomunicações, constitucionais e políticos, para os constrangimentos e exclusões a que as pessoas com deficiência visual continuam a ser sujeitas no que toca ao acesso às emissões televisivas, quer em canal por subscrição quer em canal aberto.

Referimo-nos, em particular:

- À falta de leitura das legendas ou tradução direta verbalizada das reportagens informativas em língua estrangeira;

- À falta de informação verbalizada de utilidade pública, como meteorologia, alertas da proteção civil, informação sobre a pandemia Covid-19, etc.;

- À falta de locução verbal de informações contidas em legendas de rodapé, como preços e contatos em spots publicitários;

- À falta de acessibilidade da maioria dos programas de animação (desenhos animados) no que se refere às crianças cegas e com baixa-visão, nomeadamente aqueles que recorrem

maioritariamente à imagem, sem diálogo, e aos que são apenas legendados em português, não tendo tradução em voz;

- Às lacunas, no que diz respeito ao acesso das crianças e jovens com deficiência visual, apresentadas no programa #EstudoEmCasa, que constituiu uma alternativa ao ensino presencial em contextos de pandemia Covid-19 e que permanece no ar atualmente.

Estes são os pontos que consideramos prioritários na área da acessibilidade dos programas televisivos e cujas soluções estão facilmente ao dispor dos operadores e produtores, sem necessidade de afetação de recursos humanos e técnicos excepcionais. A título de exemplo, nos serviços noticiosos, tal como no boletim meteorológico, podem ser os apresentadores ou outros elementos da redação a fazer a locução de conteúdos, o mesmo acontecendo com a indicação de números de telefone, preços ou outros, que podem ser verbalizados por quem apresenta os respetivos programas.

Quando se fala de boas práticas, consideramos ser um bom exemplo o modelo dominante até 2012 nos Canais História e Odisseia, onde os programas eram falados em português, assim como os atuais programas sobre o mundo selvagem e as emissões do canal Euronews, em que o locutor traduz o que é dito, ouvindo-se ao fundo a voz do testemunho original.

Depois de atentos os problemas prioritários acima referidos, é também da maior importância o aperfeiçoamento da audiodescrição e dobragem de programas culturais, conteúdos de ficção, documentários, filmes, etc.

Finalmente, as operadoras de telecomunicações têm também responsabilidades neste campo e podem promover a acessibilidade dos programas televisivos caso disponibilizem nos seus pacotes de TV a introdução de síntese de voz nas power box's. Esta solução permite às pessoas com deficiência visual a ativação, de forma autónoma, das funções de acessibilidade que estes dispositivos disponibilizam, nomeadamente a audiodescrição, incentivando a produção de programas que permitam o acesso à legendagem através de um leitor de ecrã, sem necessidade de recorrer a uma rádio de onda média.

Também neste domínio podemos apontar como boas práticas internacionais o serviço Netflix, caso paradigmático de acessibilidade, em que conseguimos ter acesso à legendagem e/ou audiodescrição de conteúdos, e a Apple TV, uma power box completamente acessível.

Em suma, e enquanto coletivo de cidadãos que defendem o direito à plena participação social das pessoas com deficiência visual, decidimos unir esforços nesta Carta Aberta, para, em articulação com todos os intervenientes, apontar dificuldades e ajudar a encontrar soluções que salvaguardem o direito universal de acesso à informação.

Por último, reforçamos que um grupo de pessoas com deficiência visual, a quem nos associamos, elaborou uma petição pública com o objetivo de levar este assunto a debate à Assembleia da República. Convidamos todos a assiná-la e assim ajudar a fazer a diferença no dia-a-dia de milhares de cidadãos. A petição está disponível para consulta e assinatura em:

<https://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=Deficiencia-Visual>